

ERRATA - Belo Horizonte, dezembro de 1997.

Na edição da *Revista Trabalho & Educação* n.º 1, deixamos passar alguns erros, mesmo após inúmeras revisões. Alguns erros são de digitação, outros correspondem a dados de identificação do texto ou do autor. Priorizamos alterar os dados de identificação do texto ou do autor por entendermos ser impossível corrigir todos os erros de digitação. O leitor poderá observar que as incorreções não comprometem o conteúdo dos artigos. Publicamos essa errata, como encarte da edição da revista n.º 2, esperando reparar parte desse nosso deslize.

Comitê Editorial da Revista Trabalho & Educação

ERRATA		
PÁGINA.	ONDE ESTÁ ESCRITO	LEIA-SE
04	Este número foi financiado pelas FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) através do Programa de Integração de Pós-Graduação e Graduação (PROIN)	Este número foi financiado pela FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos)
05	Educação, Trabalho, Cidadania, e Qualificação Social Francisca dos Santos	Educação, Trabalho, Cidadania e Qualidade Social Francisca dos Santos Gonçalves
06	Projetos em disputa: empresários trabalhadores, trabalhadores e a formação profissional.	Projeto em disputa: empresários, trabalhadores e a formação profissional.
48	Francisca dos Santos Educação, Trabalho, Cidadania, e Qualidade Social	Francisca dos Santos Gonçalves Educação, Trabalho, Cidadania e Qualidade Social
49	GONÇALVES, Francisca dos Santos. O conhecimento articulado ao trabalho e à vida. São Paulo- FAE- USP, 1996. (Tese, Doutorado em Educação)	excluído
14, 57, 76, 92, 129	Résumé	Resumée
14, 57, 76, 92, 129	Résumé	Abstract
113	Projetos em Disputa: Empresários Trabalhadores, Trabalhadores e a Formação Profissional.	Projeto em disputa: empresários, trabalhadores e a formação profissional.
193	GONÇALVES, Francisca dos Santos. O conhecimento articulado ao trabalho e à vida. Belo Horizonte: FAE/UFMG, 1996 (Dissertação, Mestrado em Educação).	GONÇALVES, Francisca dos Santos. Vida, Trabalho e conhecimento; metodologia para a elaboração coletiva e interdisciplinar do conhecimento fundado no trabalho como princípio educativo - uma contribuição para a formação do professor. São Paulo: FEUSP, 1995) (Tese, Doutorado em Educação) Orientador: Dirceu Ricci de Carvalho
196- linha	(Dissertação, Mestrado em Educação)	(Tese de Doutorado em Sociologie, changements, crises, mutations).

Eloisa Helena Santos

Trabalho Prescrito e Real no

Atual Mundo do Trabalho



Walter Trindade

Professora Adjunta da Faculdade de Educação
Doutora em Educação pela Universidade Paris VIII
Coordenadora do NETE-FAE-UFMG

Resumo

O artigo discute a relação entre trabalho prescrito e trabalho real no atual mundo do trabalho destacando o saber, a relação do trabalhador com o saber e a subjetividade. Para efetivar esta discussão apóia-se em duas pesquisas realizadas em empresas que passaram por processos inovadores no trabalho e na produção.

Résumé

L'article discute le rapport entre travail prescrit et travail réel dans l'actuel monde du travail. Il met en évidence le savoir, le rapport du travailleur au savoir et la subjectivité. Pour accomplir cette discussion il s'appuie sur deux recherches réalisées dans deux entreprises-une française et une autre brésilienne-qui ont passées par des processus innovateurs dans le travail et la production.

Introdução

As implicações das mudanças tecnológicas, organizacionais e de gestão da produção e do trabalho para a sociedade e para os trabalhadores suscitam questões e muitas preocupações em face dos seus antagonismos, contradições e desafios. O objetivo deste artigo é, a partir de um recorte bem delimitado destas transformações, propor uma reflexão acerca da especificidade da relação entre trabalho prescrito e trabalho real na empresa integrada e flexível, vis-a-vis da tradicional organização taylorista do trabalho. Mais do que apontar as tendências em curso o que me interessa é chamar a atenção para alguns aspectos pontuais desta relação expressos na dimensão do trabalho concreto. Trata-se de focalizar o trabalho concreto através do espaço que constitui a diferença entre trabalho prescrito e trabalho real, espaço que coloca em cena não só os saberes mobilizados na produção mas, também, a relação singular que cada trabalhador estabelece com estes saberes e, logo, a sua subjetividade.

Para percorrer este caminho recorro, especialmente, ao *compte-rendu de fin d'étude*, resultado de uma pesquisa desenvolvida por Yves Clot, Jean-Yves Rochex e Yves Schwartz, intitulado "Les caprices du flux. Approches des mutations technologiques du point de vue de ceux qui les vivent: le cas du groupe automobile PSA", publicado posteriormente¹.

Utilizo, também, algumas conclusões de minha tese de doutorado "Le savoir en travail. L'expérience de développement technologique par les travailleurs d'une industrie brésilienne"².

A idéia é fazer uma aproximação do trabalho não pela via da tecnologia em si mesma, o que poderia implicar numa subestimação dos aspectos essenciais do trabalho humano mas, na perspectiva de uma abordagem específica da experiência dos trabalhadores através de

“práticas informais, redes de cooperação e de concorrência não previstas pelas regras formais” abordagem esta relativa a “uma teoria original do ato de trabalho como processo social” (DUBAR apud CLOT et al, p.72). A tradução do texto em questão é de minha responsabilidade.

A diferença entre trabalho prescrito e trabalho real, entre concepção e execução como elemento fundante do ideário taylorista de organização “científica” do trabalho, não logrou, apesar de seu relativo sucesso, resolver os problemas do atual padrão de acumulação capitalista. Questionado desde sempre pelos trabalhadores, a partir da metade deste século esta separação passa a ser questionada também pelos próprios gestores da produção vindo a constituir um dos focos principais dos novos modos de organizar e gerir o trabalho. Esta mudança de mentalidade deve-se ao reconhecimento de que há no trabalho concreto, entre trabalho prescrito e trabalho real, um espaço onde o saber é necessariamente colocado em trabalho. As soluções criadas neste espaço pelos trabalhadores sempre foram, e continuam sendo, fundamentais para que a produção se efetive. O trabalho convoca a inteligência de cada trabalhador e do coletivo de trabalho na descoberta, na aprendizagem, no desenvolvimento e na produção de saberes.

O novo modelo de organização e gestão do trabalho, fundado num resgate deste saber e de sua importância, alardeia um outro modo de relacionar trabalho prescrito e trabalho real, concepção e execução. Se, incontestavelmente, há uma diferença no modo de estabelecer esta relação, devemos nos perguntar, no entanto, que diferença é esta e como concepção e execução, trabalho prescrito e trabalho real têm se apresentado nos processos de trabalho “inovados”. A idéia disseminada de que, neste contexto, o trabalho real teria se aproximado do trabalho prescrito de modo a romper com a distinção entre concepção e execução convive com ambivalências que merecem um exame cuidadoso. Há uma ruptura radical em curso nos processos de trabalho “inovados”? O que muda relativamente ao tradicional processo taylorista-fordista? O capital estaria, por sua própria iniciativa, empenhado numa cruzada para humanizar o trabalho abrindo para o trabalhador uma provável via de acesso à forma genérica do seu ser?

As respostas a estas perguntas não parecem óbvias. Aponto, a seguir, alguns elementos que sugerem uma refutação da idéia de equivalência harmoniosa entre

concepção e execução, entre trabalho prescrito e real na empresa flexível e integrada. Adianto que esta é uma reflexão inicial que me convoca, particularmente, para uma investigação posterior sobre a problemática.

Trabalho prescrito e real: qual novidade?

A primeira vertente de refutação de uma coincidência do trabalho real com o prescrito ou da eliminação da distinção entre concepção e execução na empresa "inovada" pode ser visualizada através da distinção entre os diversos campos do conhecimento. Eles se materializam em espaços de aplicação e em atribuições distintos, próprios a cada um, e concernem trabalhadores³ com posições diferentes na produção. À engenharia, ou campo de saber equivalente, cabe sempre a responsabilidade de elaboração de projetos - equipamentos, máquinas, produtos, instalações, sistemas - que serão desenvolvidos ou ativados pelos vários trabalhadores de outros campos ou sub-campos de saber, habilitados para tal.

É assim tanto numa empresa que desenvolve seus projetos próprios quanto naquelas que compram projetos tecnológicos de outras empresas. Evoco, aqui, os casos da USIMEC, uma indústria brasileira de bens de capital, e da PSA, empresa automobilística francesa, ambas portadoras de inovações tecnológicas, organizacionais e gerenciais.

A novidade em relação aos processos tayloristas, nos dois casos, é que os trabalhadores tem sido chamados a incorporar seus saberes nestes projetos. A execução passa a estabelecer uma relação de cooperação formal e informal com a concepção expressa na mobilização e incorporação dos saberes necessários à produção ou ao funcionamento do sistema. Um elemento comum aos modos tradicionais permanece: a inexistência ou, na melhor das hipóteses, uma tênue legitimação destes saberes, tanto do ponto de vista epistemológico quanto econômico, social, político e cultural.

A segunda vertente da refutação é dada pelo deslocamento da prescrição das operações para a prescrição de objetivos amplos direcionados ao sistema.

Uma incursão no mundo do trabalho concreto parece indicar que o trabalho na empresa flexível automatizada - no caso a indústria automobilística PSA - também não faz uma ruptura radical com o taylorismo. Se não podemos, em nenhuma circunstância, subestimar as transformações que o novo modelo implementa, também não podemos deixar de reconhecer na "novidade" da mudança, idéias e práticas tayloristas revisitadas e, mais do que isto, dissimuladas. Não mais estandardizada e

fragmentada a atividade torna-se cada vez mais invisível e difícil de ser prescrita. Contudo, uma outra atividade, dirigida à tomada de decisões, toma o lugar da anterior. Nesta, a experiência dos trabalhadores continua sendo o cerne. Esta atividade deve ser entendida, como propõem SCHWARTS e CLOT e ROCHEX (1989), como alheia a

“todo felichismo do gesto, do comportamento ou da conduta. Ela não é uma ‘coisa’ diretamente observável mas uma relação social na qual é preciso elucidar as diferenciações internas” (CLOT et al. 1989, p.85).

Hoje, a esta experiência, a esta atividade se sobrepõe a mobilização dos saberes e das subjetividades.

No que diz respeito à relação entre trabalho prescrito e trabalho real o eixo central da diferença estaria no deslocamento da prescrição para as operações voltadas à realização dinâmica de objetivos amplos - formais e informais -, à regulação do sistema, em substituição à realização passiva de operações prescritas.

“A norma taylorista e a exigência sistêmica se distinguem uma da outra pela direção da sua ação. A primeira é destinada a obter, primeiramente, mudanças diretas no objeto, sendo o trabalhador um instrumento desta ação; a segunda se dirige, de início, ao psiquismo e ao comportamento deste. Ela tem o objeto como objetivo somente em segundo grau. Ela visa o desenvolvimento de uma atividade relativa a si mesma e não diretamente relativa ao objeto” (CLOT et al. 1989, p.142).

Não poderíamos dizer que a prescrição de objetivos esteja ausente dos processos de trabalho tayloristas mas, a grande novidade é que esta prescrição está direcionada para o melhor funcionamento do sistema técnico materializada na palavra de ordem: zero defeito, zero pane, zero estoque, número x de produtos por dia ... qualidade, produtividade. Como isto ocorre em processos onde o imprevisível e o incontrolável estão sempre presentes a prescrição permanece distante do trabalho real. O ideal da automação como possibilidade de eliminar os desvios no processo é devaneio, ilustrado por este depoimento de um trabalhador:

“Eu gostaria de saber qual é o robot que não dá defeito pelo menos uma vez ao dia. É contínuo, contínuo. E é normal, eu diria. Na medida em que o carro, não é feito milímetro a milímetro. A chapa é mais ou menos torta uma vez que ela passou por um local de trabalho (*bac*), por outro, etc. Um carro é, antes de ser feito, pedaços de chapa...” (CLOT et al. 1989, p.135-136).

A diferença entre a “produtividade no papel” e a “produtividade real” demonstra que os resultados previstos são raramente alcançados mesmo quando são utilizados

tecnologia e procedimentos sofisticados. Todo o esforço no sentido de apagar os riscos do inesperado na produção não tem logrado êxito.

"Para além da constatação, o problema é sobretudo que não se consegue de fato saber porque. J. P. Durand, que tenta sondar este enigma, constata que nenhum protagonista parece dominar perfeitamente os processos de produção, donde a imprecisão que rodeia as causas possíveis" (CLOT et al. 1989, p.138).

A prescrição passa, deste modo, a se referir aos objetivos amplos do processo produtivo, direcionados ao sistema como um todo. Há um deslocamento das exigências em relação às técnicas operatórias especializadas para uma regulação tecnológica de conjunto. As prescrições anteriormente feitas tornam-se operações automáticas incorporadas às máquinas que passam a compor as instalações tomadas como um sistema técnico. O trabalhador deixa de ter uma relação direta com o objeto tradicional uma vez que a automação dos equipamentos reduz as operações humanas diretas sobre a matéria.

"O trabalho imediato sobre o objeto sofre um recuo ocorrendo uma internalização das funções indiretas simultaneamente a uma externalização das funções diretas" (CLOT et al. 1989, p.87).

À desprescrição das operações passa a corresponder uma prescrição de objetivos.

O meio de trabalho - definido como o sistema técnico que os trabalhadores interpõem entre eles e o objeto de sua atividade, condutor privilegiado de sua ação - torna-se objetivo em si da atividade.

"A parte do trabalho prescrito em cada ato diminui em proveito da parte de escolha e de decisão que todo ato de trabalho produtivo contém sempre mas que, aqui, ganha relevo." (CLOT et al. 1989, p.62).

O crescimento da produtividade depende da máxima exploração das possibilidades das máquinas, da qualidade e leveza da organização e não mais, como no taylorismo, dos resultados da tarefa estrita do trabalhador. Entretanto, a regulação da qualidade do funcionamento das instalações e do seu nível de confiabilidade implica um ajustamento à norma, logo uma resposta à prescrição. A produção passa a depender da regulação feita por equipes que dependem cada vez mais dos estilos pessoais, dos saberes e dos objetivos coletivos. O saber e as relações que os trabalhadores estabelecem entre si e com o saber deixam de ser resultados fortuitos da vida no trabalho e tornam-se fonte de toda produtividade. A pesquisa desenvolvida na PSA mostra que

“os resultados da produção não podem mais ser avaliados somente apreciando o trabalho imediato dos homens (seu tempo de engajamento direto) mas é a apreciação do trabalho realizado pelas máquinas que delimita a contribuição ‘impalpável’ dos operadores no funcionamento das instalações” (CLOT et al. 1989, p.59-60)5.

A fábrica automatizada e informatizada exige uma atenção, uma prevenção e uma vigilância permanente por parte dos trabalhadores pois é preciso intervir sobre os incidentes para minimizar os tempos parados e produzir corretamente. Se a demanda voltada para a intervenção prática nas instalações dirigida ao coletivo de trabalhadores podia estar presente na fábrica taylorista aqui ela assume especial relevo. Mesmo quando o fetiche da automatização e informatização elude a experiência e o saber que a geraram e que continuam garantindo a sua performance esta experiência e este saber permanecem como medida do sucesso da produção.

“Sob o ‘zero’ o ‘plus’: a inteligência e a polivalência da experiência humana constituem a face oculta da automatização” (CLOT et al.1989, p.58).

Enquanto no taylorismo os homens se definiam realizando a norma prescrita, nos processos automatizados é se definindo que eles realizam a norma que, de operatória, se estendeu a um sistema de objetivos conscientes.

“A indeterminação operatória, a fluidez das atribuições, a opacidade remete o sujeito a ele mesmo para alcançar resultados que permanecem não somente prescritos mas, além disto se estendem ao sistema inteiro. Ora, se fixar objetivos, fazer escolhas antecipar e reagir opõe o sujeito a ele mesmo: e isto muito mais do que executar ou cumprir uma tarefa visível e prescrita. Mesmo se em realidade o trabalho direto comportava já uma tal dimensão, ela tende hoje a dominar completamente a atividade dos condutores de instalação. Fazer uso de si é gerir um sistema que se experimenta neste uso.” (CLOT et al. 1989, p.153).

No entanto, se estes saberes, ainda que posicionados diferentemente nos modos tayloristas, nunca ganharam uma legitimação que os validasse tanto do ponto de vista epistemológico como, também, econômico, social, político e cultural na empresa integrada e flexível esta continua sendo a regra. Está aqui o ponto comum que une os dois modelos quando se trata da relação entre trabalho prescrito e real, entre concepção e execução.

O simbólico: possibilidades e limites na relação entre trabalho prescrito e real

A fabricação na empresa “inovada” é mediatizada pelo simbólico que, assumindo um grande peso, constitui fator de valorização daqueles trabalhadores que melhor captam a realidade num discurso formal. Ela é a dimensão mais claramente diferenciadora dos modos operatórios anteriores que se tornam periféricos em proveito de uma aproximação da concepção com a execução, da regulação do sistema e dos problemas organizacionais. Mas, como a pane, o imprevisto, os incidentes e o próprio real resistem ao discurso formal a busca de otimização do sistema, assim como a concepção e fabricação dos projetos e equipamentos, não conseguem antecipar o inesperado. Fica um resto, sob a responsabilidade do trabalhador, que atualiza a distinção entre trabalho - ou objetivo - prescrito e trabalho real.

No caso da USIMEC, empresa que desenvolve e fabrica projetos tecnológicos, tomemos a diferença entre o prescrito e o real como um “delta”, um espaço necessário de criação de saber pelo trabalhador que aponta para a insuficiência radical da prescrição em dizer tudo, sem restos, acerca do trabalho real. Esta insuficiência se manifesta de dois modos: os conhecimentos incorporados nos projetos ou ordens de serviço, nos equipamentos ou instalações não dão conta da imprevisibilidade e da variabilidade da situação de trabalho, da infidelidade dos materiais, muito menos das vicissitudes do trabalho humano. Em segundo lugar, a medida do “quê” e do “até onde” prescrever para que os projetos sejam realizados e os equipamentos e instalações acionados é uma zona fluida que pressupõe sempre um trabalho em comum dos sujeitos envolvidos. O trabalho do saber, neste espaço, se faz através de um conjunto de relações entre os próprios trabalhadores e entre estes e o saber.

A diferença entre a concepção de projetos - a engenharia - e a sua fabricação - a fábrica -, entre trabalho prescrito e trabalho real é um laboratório por excelência onde o “informalizável” ou o que resiste à formalização se apresenta. De um lado, isto significa que nem tudo pode ser simbolizado, codificado, formalizado. De outro, demonstra que a experiência deste “informalizável” pode ser expressa em linguagens diferentes.

O fato de que na produção há saberes e sujeitos em relação aponta para a articulação entre a experiência do trabalho do saber, a linguagem e a formalização deste saber. São múltiplas as variáveis que estruturam esta relação. Gostaria de propor aqui

algumas idéias.

A produção está sempre sujeita a situações novas. O rápido desenvolvimento tecnológico, o surgimento contínuo de novos produtos, a flexibilidade, a imprevisibilidade e variabilidade que marcam os processos de produção e o consumo apresentam, quotidianamente, novidades. Neste contexto, há sempre soluções não previstas que devem ser buscadas sem cessar. Logo, o saber no trabalho é sempre um saber em aberto, *ad infinitum*.

Os variados meios empregados pela empresa para formalizar o saber presente no trabalho - e as estratégias neste sentido têm sido cada vez mais utilizadas - não conseguem resultados definitivos. Muito do seu patrimônio tecnológico, das soluções necessárias à resolução de problemas na produção continuam "na cabeça" de cada trabalhador. As ordens de serviço, as normas técnicas, os arquivos técnicos e, hoje em dia, os equipamentos e instalações não conseguem armazenar senão um número de informações, importante é verdade, mas não a totalidade do saber presente ou demandado pela situação real de trabalho.

A pesquisa constante de soluções para os problemas que surgem no dia-a-dia acontece na importante dimensão do "informal". De um lado, grande parte dos saberes produzidos não chegam mesmo a se formalizarem ou a se tornarem públicos. Eles são incorporados na resolução de problemas ou na criação de alternativas de desenvolvimento das atividades e restam sob a forma de uma experiência daqueles que a viveram. De outro lado, formalizar o saber produzido é uma tarefa de extrema complexidade. A dificuldade ou impossibilidade de fazê-lo não podem ser compreendidas como uma falha absoluta de formalização. O fracasso relativo do taylorismo que sempre se colocou este ideal, mostra bem a complexidade da tarefa.

O que distingue o saber da concepção - da engenharia - e lhe dá legitimidade é a sua formalização, sancionada por um conhecimento social e epistemologicamente reconhecido - materializado num diploma de curso superior - e é por esta virtude que ele apresenta-se como não comparável àquele desenvolvido na execução. A incapacidade de formalização que caracteriza o saber na fábrica se funda numa idéia abusiva de equivalência entre linguagem e cultura. Esta idéia supõe que, o que não é simbolizado, formalizado, equivale à uma falta de cultura. A formalização, entendida nesta perspectiva, tem como referência uma linguagem própria ao saber já formalizado, e uma idéia de cultura que aponta para uma incultura como uma falha ao nível da linguagem.

Sem querer minimizar a importância da linguagem numa apologia do informal vis-

a-vis do formal, vejamos as coisas mais de perto.

Enfatizo, primeiramente, o fato de que a linguagem supõe sempre um sujeito e o outro. Em segundo lugar, diferencio duas dimensões da linguagem: a linguagem enquanto uma atividade através da qual uma experiência vivida é verbalizada e a linguagem enquanto simbolização desta experiência. No segundo caso, a formalização pode se apresentar somente como resultado do processo vivido ou, ainda, como resultado e, ao mesmo tempo, processo. Toda formalização que não permita uma compreensão do processo que permitiu a produção de um saber esconde a verdadeira natureza deste saber com suas conseqüências ao nível epistemológico.

Ao trabalhar a idéia da formalização eu me proponho fazer uma dupla distinção: entre saber formalizável e não formalizável e entre saber formalizado e não formalizado.

Inicialmente, tomemos a questão do ponto de vista do saber não formalizável. Há na concepção alguns saberes que escapam à formalização. Responsável pelo desenvolvimento de projetos de turbinas elétricas, um engenheiro da USIMEC mostra, como exemplo, a dificuldade de se prever o comportamento de um material fluido, fundamental para a tecnologia de turbinas:

"Hoje, mesmo centros internacionais, França, Alemanha, Estados Unidos, possuem computadores capazes de definir um comportamento apenas próximo daquele de um fluido real..." (SANTOS, 1991, p. 424.)

É necessário ir ao laboratório, ao modelo o mais próximo do real para encontrar soluções que não são ainda dadas pelo saber já formalizado, em relação ao comportamento do fluido. Este saber não é formalizado porque ele é da ordem do não formalizável, no momento.

Outro depoimento de um engenheiro do setor de engenharia industrial, responsável pela introdução de inovações tecnológicas e organizacionais na fábrica, indica que um problema oriundo da impossibilidade de fazer cálculos precisos leva à busca de soluções que, mesmo sendo simples, não escondem a incapacidade do cálculo matemático - do discurso formal - oferecer a solução:

"Os conversores, de um modo geral, têm um formato definido. Eles têm uma parte cônica que deverá ser ligada à outra parte cilíndrica. Isto exige um tore. Normalmente são chapas de ferro muito grossas. A parte inferior deve fazer um acordo semelhante àquela da parte superior com a parte esférica do vaso. Este acordo exige também um tore de uma espessura maior. Estes dois tores são seccionados, divididos em partes e

a partir daí a gente desenvolve um projeto para responder aos raios referentes ao projeto original do conversor. Entra, então, uma série de cálculos para verificar as forças que serão exercidas sobre cada região da chapa, de acordo com a espessura e a resistência do material, os apoios, o tamanho dos raios. Você tem que calcular estas cargas porque você não tem números finitos para trabalhar exatamente. Não é possível definir os valores exatos porque o tore é composto de dois raios e uma composição destes dois raios com o diâmetro e espessura te levam a fazer um cálculo aproximativo. É um cálculo de risco que será reduzido com o desenvolvimento da pesquisa e da tecnologia" (SANTOS, 1991, p. 425).

Como em qualquer campo do conhecimento há, ao nível da concepção na engenharia, um saber que pode se apresentar como não formalizado simplesmente por não ser ainda formalizável. É no trabalho conjunto de engenharia e fábrica que são resolvidos problemas deste tipo, a despeito da impossibilidade de formalizar este saber.

O fato de considerar o informalizável na fábrica incomensurável ao informalizável na engenharia supõe uma opção epistemológica. Nos dois casos é necessário um trabalho de simbolização de dados que o real apresenta, trabalho que implica uma articulação complexa entre a atividade concreta e a atividade abstrata e o próprio progresso tecnológico. Nos dois casos o real vive à aguardando de formalização. A experiência do real carrega sempre e ao infinito dados que esperam pela formalização. Numa comparação extrema, lembremos o não formalizável na matemática relativo às equações que não foram, historicamente, ainda resolvidas. Se aqui - e na engenharia - o não formalizável não é concebido como uma dificuldade a exprimir, como falha de cultura, porque considerá-lo no caso da fábrica?

Esta indagação remete a uma discussão da relação entre cultura e ciência, entre trabalho manual e intelectual bem como da legitimidade - ou não - que lhes dá suporte.

Evidentemente, o fato de que um saber não foi ainda formalizado não significa que ele não possa sê-lo um dia.

Na fábrica há, também, saberes que podemos considerar como formalizáveis, porque supomos que existem elementos para fazê-lo e, no entanto, não o são.

A dificuldade maior está em que a referência para definir o formalizado é um certo modelo de linguagem, neste caso dado pelo saber formalizado dos engenheiros que se traduz no trabalho prescrito. Se nos aproximamos do vivido no trabalho com esta referência nós não encontraremos senão saberes não formalizáveis porque eles não se exprimem segundo o modelo de linguagem tomado como referência.

Se, ao contrário, tomamos uma outra referência, temos duas possibilidades. Este saber ainda não formalizado pode se exprimir com os recursos de linguagem disponíveis ao trabalhador da fábrica. o maçariqueiro que exprime sua decisão ao realizar uma ação com um “e no olho” pode se equivar ao “eu não tenho valores reais, números finitos” da engenharia. Ou, uma segunda possibilidade, ele pode não ser expresso pelo trabalhador mesmo quando haveria recursos para fazê-lo.

No primeiro caso, podemos exprimi-lo através de recursos de linguagem que hoje escapam à norma de formalização. No segundo caso, encontramos as barreiras sociais e psíquicas que vêm complicar ainda mais a dificuldade de verbalizar uma experiência.

A questão da formalização do saber nascido do trabalho da relação entre trabalho prescrito e trabalho real remete, portanto, à relação do sujeito com a linguagem e com o saber. Remete, também, à relação entre ciência e cultura, entre cultura e incultura, entre conceito e experiência.

“Relação ao saber”⁷ e subjetividade

A relação entre o trabalho prescrito e o trabalho real coloca em cena o trabalhador e o saber, em conseqüência, a sua subjetividade. A noção “relação ao saber” permite chamar a atenção para a especificidade da relação do trabalhador com o saber e as suas implicações, tendo em vista a relevância que ganha o seu saber no contexto produtivo atual.⁸

Para discutir a relação do trabalhador com o saber tomo a noção “relação ao saber” trabalhada por dois educadores franceses: CHARLOT e BEILLEROT. É uma noção que está presente na obra de LACAN e que ganha outros desenvolvimentos, fora do campo da psicanálise, com estes dois autores. Bernard CHARLOT (1992)⁹ faz uma distinção entre “relação ao saber” e “relação de saber” para acentuar o significado da primeira. A relação de saber é uma relação entre dois indivíduos ou grupos de indivíduos que têm o saber como mediação. A “relação ao saber” é uma relação que um sujeito estabelece com o saber. Esta relação é uma relação de sentido logo, de valor. O trabalhador valoriza o que faz sentido para ele e, do mesmo modo, confere sentido àquilo que para ele representa um valor. É, portanto, à singularidade, à subjetividade do trabalhador que devemos nos reportar quando falamos de um sujeito e de sua relação com o saber. BEILLEROT vai além ao retomar o princípio freudiano segundo o qual a curiosidade infantil seria uma derivação das pesquisas sexuais infantis. Para ele a relação com o saber é um:

“processo ou uma atividade onde está em jogo um sujeito desejante nas suas dimensões simultaneamente consciente e inconsciente¹⁰, com suas inibições e também seus momentos criadores...”(1989, p.10)... “a ‘relação ao saber’ parece sugerir uma disposição de alguém em direção, não aos conhecimentos ou aos saberes, mas em direção ao Saber...Disposição que implica uma intimidade: intimidade do próprio saber, intimidade com o saber; ...como para toda relação à (*rappori* à...) haveria uma espécie de comércio amoroso em jogo: a relação ao saber nomearia o modo de prazer e de sofrimento de cada um na sua relação com o saber. Assim, a relação ao saber se inscreveria na perspectiva do sujeito: o acesso ao saber, a apropriação, os investimentos e as práticas seriam entendidos numa economia pessoal”¹¹.

Mobilizando criatividade, iniciativa, tomadas de decisão, disponibilidade pessoal e auto-apreciação é o trabalhador na sua subjetividade, na sua relação com o saber que está em jogo na empresa “inovada”. Um forte apelo é dirigido à disponibilidade psicológica do trabalhador.

“É preciso saber gastar tempo com os homens para não perder tempo com as máquinas” (CLOT et al. 1989, p76).

A desprescrição relativa à automatização dos processos operatórios é, como vimos, seguida de uma represcrição. Esta represcrição, de teor acentuadamente cognitivo, atua sobre a subjetividade do trabalhador. Na mesma medida em que aumenta a objetivação de seus atos incorporados agora nos equipamentos ou nas instalações aumenta a gestão da sua atividade cognitiva definida por uma tensão dialética entre uma estruturação objetiva e uma estruturação subjetiva: passa-se

“de uma prescrição taylorista das operações a uma prescrição ‘just in time’ da subjetividade” (1989, p.100).

A subjetividade entendida como a representação que o indivíduo faz de sua relação com suas condições de existência, de sua relação consigo e com o outro; como o conjunto de processos pelos quais tenta abrir um acesso à forma genérica do seu ser através das estruturas simbólicas da cultura humana; como suposto da vida psíquica, logo, do inconsciente (DORAY, 1995) emerge no trabalho concreto podendo se apresentar como “uso de si” pelo próprio trabalhador ou como “uso de si” pelo outro. Ao mesmo tempo que as estratégias empresariais buscam capturá-lo o trabalhador se esquiva deste aprisionamento.

Nas exigências do trabalho concreto o trabalhador conta com os recursos subjetivos dados pela sua história de vida passada, presente e seus projetos de futuro. É a percepção das suas possibilidades que trabalha os motivos pessoais que o trabalhador dá a seu trabalho e ao saber.

A prescrição empresarial da subjetividade se choca com o fato de que

“ainda que interna à atividade presente de trabalho, a subjetividade não está contida aí inteiramente. Ela a ultrapassa. ... porque a experiência individual não é a simples medida das ações exteriores voltadas presentemente para ela. Ela é o retratamento e a hierarquização de ações passadas e presentes; ela lhes deve sua plasticidade simbólica e seus motivos não reconhecidos” (CLOT et al, 1989, p128).

A subjetividade não se submete inteiramente às exigências da atividade do trabalhador e, neste sentido, ela define um limite:

“a impossibilidade de colocar entre parênteses a experiência e a vida dos homens que trabalham” (CLOT et al. 1989, p131).

Nesta medida, a negação do ideal de emancipação do trabalho humano, graças às novas tecnologias e aos novos modos de organizar e gerir o trabalho, é uma realidade tangível. A afirmação do trabalhador em face de sua condição omnilateral é uma virtualidade do trabalho concreto que, no entanto, precisa encontrar os meios de sua realização. No que diz respeito ao saber torna-se de fundamental importância encontrar suas formas de legitimação. A legitimação do saber do trabalhador, formalizado ou não, apresenta-se como o elemento em torno do qual deve se articular o debate sobre o significado do saber do trabalhador, sobre a relação entre concepção e execução, entre trabalho prescrito e trabalho real na atualidade do mundo do trabalho. Este é um debate que concerne tanto os trabalhadores quanto suas organizações representativas, tanto os educadores quanto os pesquisadores. A capitalização dos benefícios proporcionados pelo saber do trabalhador à produção é uma estratégia já colocada em marcha pelos empresários. Fica a tarefa de construir uma alternativa que, deixando de ser resistência passiva e não caindo na co-gestão do saber no trabalho, resgate o valor epistemológico, social, econômico, político e cultural do saber do trabalhador.

1 - CLOT, Y., ROCHEX, J-Y., SCHWARTZ, Y. *Les caprices du flux*. Vigneux: Matrice, 1990.

2 - SANTOS, Eloisa. Universidade de Paris, 1991.

3 - Quando utilizo o termo “trabalhador” não lhe dou o sentido tradicional de “trabalhador direto”. Refiro-me a qualquer agente do processo produtivo.

4 - As panes, sofisticadas ou simples, dos equipamentos, robots, autômatas, salas de controle, ou sistemas técnicos, instalações é uma constante no dia-a-dia do trabalho e constituem o pesadelo de todos.

5 - Grifo meu.

6 - Grifo meu.

7 - “Relação ao *savoir*” que, em francês, não corre do texto,

8 - No momento, contexto de introdução busca cernir a dimensão entre marxismo e psicanálise.

9 - CHARLOT, B.

10 - Lacan define as determinações que ignorância ativa, do sujeito.: o que ele e dos sentimentos que ser que lhe deve as

11 - Beillerot, J. S. Universitaires, 1988.

Referências

BEILLEROT, J. S. Éditions Universitaires.

CHARLOT, B. Éditions Universitaires.

CLOT, Y., ROCHEX, J-Y., SCHWARTZ, Y. *Les caprices du flux*. Vigneux: Matrice, 1990.

DORAY, B. Da perspectiva da Teoria da personalidade.

SANTOS, E. *Le travail et les travailleurs*. Université de Paris, 1991.

7 - "Relação ao saber" é uma tradução insuficiente, senão incorreta, para o português do "rapport au savoir" que, em francês, dado o sentido da palavra "rapport", tem uma conotação especial. Utilizo, no correr do texto, a tradução "relação com o saber".

8 - No momento, desenvolvo uma pesquisa intitulada "A relação do trabalhador com o saber no contexto de introdução de novas tecnologias e novas formas de organizar o trabalho". A pesquisa busca cernir a dimensão subjetiva da relação do trabalhador com o saber numa perspectiva de articulação entre marxismo e psicanálise.

9 - CHARLOT, B. *École et savoir dans les banlieues et ailleurs*. 1992.

10 - Lacan define o inconsciente como um saber que trabalha. Um saber que designa o conjunto das determinações que regem a vida de um sujeito mas que lhe escapa no sentido de que ele o ignora. Ignorância ativa, cheia de ambiguidades, ela incide sobre tudo o que constitui o tecido, o próprio ser do sujeito: o que ele esqueceu de sua história, dos acontecimentos por ele vividos, dos pensamentos e dos sentimentos que o constituíram e que ainda o constituem. Deste saber o sujeito nada sabe, a não ser que lhe deve as posições que ocupa no mundo.

11 - Beillerot, J. *Savoir et rapport au savoir. Elaborations théoriques et cliniques*. Bégédis: Éditions Universitaires, 1989. p. 166.

Referências bibliográficas

BEILLEROT, J. *Savoir et rapport au savoir. Élaborations théoriques et cliniques*. Bégédis: Éditions Universitaires, 1989.

CHARLOT, B. *École et savoir dans les banlieues et ailleurs*. Paris: Armand Colin, 1992.

CLOT, Y, ROCHEX, JY, SCHWARTZ, Y. *Les caprices du flux. Approches des mutations technologiques du point de vue de ceux qui les vivent: le cas du groupe automobile PSA*. Compte-rendu de fin d'étude d'une recherche, 1989.

DORAY, B. Da produção à subjetividade - referências para uma dialética das formas. In *Teoria da personalidade e marxismo*. SILVEIRA P. e DORAY B. (orgs) SP: Vértice, 1989.

SANTOS, E. *Le savoir en travail. L'expérience de développement technologique par les travailleurs d'une industrie brésilienne*. Universidade de Paris, 1991.